



COMUNICADO | Nº 9/2015 | A TODOS OS TRABALHADORES | 28/04/2015

CONSELHO GERAL – CONCLUSÕES

Realizou-se, nos dias 17 e 18 de Abril passados, o Conselho Geral do STI. Estiveram presentes delegações de todos os distritos do Continente e das duas Regiões Autónomas. O Conselho Geral, órgão estatutário máximo entre Congressos, efetuou uma análise serena sobre a situação Politico/Sindical atual com intervenções de praticamente todas as delegações distritais. Desta análise ressaltam os seguintes aspetos dignos de realce:

Os Trabalhadores da AT exercem as suas funções fundamentais para o País em condições cada vez mais difíceis, não só por haver mais carências de recursos humanos e de meios, mas também pela maior agressividade dos contribuintes;

Apesar dessas condições mais difíceis, os Trabalhadores da AT têm demonstrado sentido de responsabilidade e de missão, que não tem sido reconhecido pelo poder político;

O STI tem tido, ao longo dos últimos anos, uma postura de permanente disponibilidade para o diálogo, contudo não tem encontrado essa mesma postura por parte do Governo;

Todos, de forma diríamos unanime, repudiaram a postura do Governo e consideraram que é altura de definir de forma clara e inequívoca uma linha vermelha, uma meta a partir da qual os Trabalhadores não podem esperar mais pelo adiamento do seu futuro.

Neste sentido foi aprovada, por unanimidade, uma proposta apresentada pela Delegação Distrital de Viana do Castelo que, em linhas gerais, determina:

- O STI deve encetar negociações com a tutela em que, de forma esclarecida, imponha uma calendarização para a conclusão da revisão de carreiras e aplicação do vínculo para nomeação;

- O não cumprimento dos prazos definidos, implicará a adoção de medidas de contestação que passarão por greves e outras formas de luta, na medida em que ficará claro que não existe por parte da tutela uma verdadeira vontade de regularizar a situação profissional dos Trabalhadores da AT, optando o Governo por manter o atual *status quo* numa política de arrastamento e desinteresse dos recursos humanos da AT.

Assim e para dar início ao cumprimento desta proposta a Direção Nacional do STI dirigiu à Sra. Diretora Geral da AT uma carta onde se elenca um conjunto de situações, no fundo de todas conhecidas, e que urge resolver. Temos consciência que as nossas reivindicações são moderadas, simples de implementar e não provocam impacto no Orçamento de Estado. Nada justifica a inexistência de negociações nas várias matérias em causa. Também é verdade, e temos disso consciência, que algumas dependem do Governo e da existência de vontade política, mas também aqui a posição da Direção Geral é fundamental no reconhecimento da sua importância. No entanto, muitas outras questões, dependem exclusivamente da Sr.^a Directora Geral.

O Conselho Geral determinou, na sequência da aprovação por unanimidade da proposta supra, que fosse estabelecida a data de 20 de Junho, como limite para a calendarização das negociações, sendo que após essa data, se nada acontecer a Direção Nacional se verá obrigada, aliás a isso está obrigada pelo Conselho Geral, a avançar com formas de luta.

Esperamos que o diálogo e a concertação vençam a luta e o confronto.

O Conselho Geral aprovou ainda outras propostas que serão oportunamente implementadas e, após frutuoso e construtivo debate sobre as contas do STI de 2014 decidiu, por esmagadora maioria, recomendar à Assembleia Geral a aprovação das mesmas. A Assembleia Geral, que reuniu no dia 18 após a conclusão do Conselho Geral, aprovou as Contas do STI de 2014 por unanimidade.

STI, tão forte quanto quiseses.

Saudações Sindicais

A Direção Nacional.